

**A EXPANSÃO DA SOJA E OS EFEITOS NO MERCADO
DE TERRAS NA AMAZÔNIA**

**THE EXPANSION OF SOYBEAN AND THE EFFECTS ON THE
LAND MARKET IN THE AMAZON**

Marcílio Alves CHIACCHIO¹
Armando Lirio de SOUZA²

Resumo: Esse artigo aborda aspectos históricos sobre a expansão da soja na Amazônia. Analisou os primeiros Planos de Desenvolvimento da Amazônia – PDA, em que o planejamento estatal criou as condições e realizou investimentos em tecnologias agrícolas, as quais serviram de impulso para que a região amazônica conectasse a produção agrícola com o mercado internacional de *commodities* agrícolas. Além disso, o estudo demonstra como o planejamento estatal contribuiu para a criação e expansão do mercado de terras aptas a produção de soja. Conclui-se que a expansão da soja não foi um movimento puramente orquestrado pelo mercado, mas sim, teve uma grande participação do Estado como idealizador, financiador e desenvolvedor de tecnologias.

Palavras-chaves: Amazônia; soja; terras.

Abstract: This article addresses historical aspects of the expansion of soy in the Amazon. It analyzed the first Amazon Development Plans - PDA, in which the planning created state-owned conditions and made investments in agricultural technologies, according to which they served as an impulse for the Amazon region to connect agricultural production with the international market of agricultural commodities. In addition, it demonstrates how state planning has contributed to the creation and expansion of the market for land suitable for soy production. It concludes that the expansion of soy was not a purely market-orchestrated movement, but had a great participation of the State as the creator, financier and developer of technologies.

Keywords: Amazon; soy; land.

Introdução

A partir da década de 1950, o governo brasileiro passou a incentivar a implantação de projetos agropecuários na Amazônia. Na época, o governo considerava a economia amazônica como atrasada e desprovida de recursos tecnológicos mínimos para o desenvolvimento (BRASIL, 1967). Os Planos de Desenvolvimento da Amazônia – PDA, foram modelos de planos econômicos que possibilitaram incentivos fiscais, creditícios e lançaram a construção de várias obras de infraestrutura (como rodovias, ferrovias e hidrovias) na região. Assim, a partir

¹ Professor Associado de Economia da Universidade Estadual de Roraima – UERR.

² Professor Associado da Faculdade de Ciências Econômicas, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Pará. Professor Associado da Faculdade de Ciências Econômicas, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Pará.

de então, se desenvolveram condições operacionais e financeiras para a implantação da agropecuária (MAHAR, 1978; COSTA, 2000; MELLO, 2006).

O planejamento estatal criou condições estruturais para que ocorresse um avanço da agropecuária na região. Além disso, o Estado investiu em pesquisas agrícolas com o objetivo de possibilitar a implantação e o crescimento da agropecuária. Este artigo procura contribuir para a construção de conhecimentos sobre a economia da Amazônia, ao analisar a dinâmica produtiva da soja.

A Amazônia Legal³ é composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, parte dos estados do Mato Grosso e Maranhão, ao todo são 771 municípios, dos quais 309 são produtores de soja. A produção de soja segue um crescimento contínuo e novas áreas são adicionadas a todo momento. O crescimento da produção de soja é acompanhado por um mercado de terras que segue uma lógica de valorização e ganho de capitais. Muitas vezes, esse mercado possui maiores retornos do que os investimentos tradicionais na economia.

Para compreender a evolução da soja na região amazônica, a pesquisa analisou o processo histórico de planejamento estatal, assim como o progresso técnico da produção de soja alinhada aos aspectos essenciais da história econômica. Conforme Fragoso e Florentino (1997), os estudos sobre a história econômica são importantes reflexões a respeito das conjunturas e das estruturas econômicas, pois possibilitam compreensões sobre os processos econômicos e sociais.

Do ponto de vista metodológico, procurou-se fazer relações entre os fatos históricos e o progresso técnico, com os planos institucionais de planejamento estatal e os dados sobre a economia da soja. Fez-se uso das variáveis de produção, área plantada da soja e produtividade disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Em relação aos preços das terras, utilizou dos dados disponibilizados pela Revista Agriannual.

O início da pesquisa se deu com a pesquisa bibliográfica e documental. Pelo fato de envolver dados dispersos, a pesquisa bibliográfica procurou limitar-se à análise do planejamento estatal, progresso técnico e aos aspectos históricos da agricultura, perfazendo a construção do passado até o presente (GIL, 1995). Na parte da pesquisa documental, foram pesquisados os Planos de Desenvolvimento da Amazônia – PDA elaborados pela SUDAM. Em

³ A partir da lei nº. 1806 de 1953, foi incorporado parte dos estados do Maranhão, Tocantins (Goiás) e Mato Grosso. Representa uma divisão política, mas que não se trata de uma região homogênea. Existem diferentes entre as comunidades ribeirinhas, indígenas e a população que migrou para a região. Assim, existem diferentes realidades.

seguida foram consultados jornais, revistas, mapas e tabelas que demonstrassem a origem das pesquisas agrícolas e o surgimento da soja na Amazônia.

O objetivo do estudo foi compreender como a Amazônia tornou-se produtora de soja e quais os impactos dessa expansão sobre o mercado de terras. Desta forma, mostramos que o planejamento estatal a partir da década de 1950, possibilitou o avanço da agropecuária na região. Esse avanço foi favorecido por incentivos fiscais e financeiros, assim como o investimento do Estado em tecnologias que desenvolveram novas espécies de soja adaptadas a região amazônica. Isso contribuiu para a criação e valorização de áreas de desmatadas, que na sua maioria, foram transformadas em terras agrícolas.

O artigo está dividido em três partes, na primeira foi feita uma sucinta análise sobre a formação econômica da Amazônia. Na segunda parte, procurou descrever o processo de formação da agropecuária na região, o surgimento e o avanço da soja. Em seguida, demonstrou como o avanço da soja foi acompanhado com a criação de um mercado de terras.

Um breve histórico da Amazônia

O povoamento da Amazônia se deu através dos caminhos possibilitados pelos rios e, durante quase três séculos, as atividades econômicas giraram em torno do extrativismo. Desde o século XVI, os exploradores demonstraram interesse pelo cacau, cravo, salsa, baunilha, urucu, caça, além das madeiras e sementes de oleaginosas. Essas mercadorias eram de fácil aquisição em face à contribuição indígena. A economia da borracha, iniciada no século XIX, atingiu o seu auge de produção em 1912, quando representou cerca de 33% das exportações brasileiras. A partir de então, devido à concorrência da borracha produzida na Ásia, a produção amazônica entrou em declínio (SANTOS, 1980; PRADO JÚNIOR, 1994; FURTADO, 2007).

Após a decadência da borracha, a pimenta do reino e a juta passaram a ser implantadas na região, trazidas pela migração japonesa. As duas culturas substituíram o café e o cacau que eram tradicionalmente produzidos no Pará. A pimenta expandiu pela região Bragantina do estado do Pará e a juta para a região do médio Amazonas. Em 1968, o estado do Pará tornou-se o maior produtor brasileiro de pimenta do reino e juta, representando 94,76% e 62,35% da produção nacional (PARÁ, 1975).

A partir da década de 1950, o Estado brasileiro iniciou um processo amplo de ocupação econômica e povoamento das terras da Amazônia. Para isto, em 1953, criou a Superintendência

do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Essa instituição tinha como objetivo criar condições para o desenvolvimento da região, a qual apresentava dificuldades devido ao quase esgotamento das exportações da economia da borracha (MAHAR, 1978; SILVA, 2009).

Com a chegada dos militares ao poder, em 1964, a SPVEA deu lugar a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. A nova instituição, criada em 1966, ficou responsável por elaborar os Planos de Desenvolvimento da Amazônia – PDA (MAHAR, 1978; COSTA, 2000; MELLO, 2006).

Inicialmente, a SUDAM esteve subordinada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, mais tarde seria vinculada ao Ministério do Interior (LEÓN *et al.*, 2015). Ao todo foram sete planos de desenvolvimento de 1960 até o final do século XX: I Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1967-1971), I PDA (1972-1974), II PDA (1975-1979), III PDA (1980-1985), PDA da Nova República (1986-1989), PDA (1992-1995), PDA (1994-1997).

Para atrair supostos investidores para a Amazônia, a SUDAM utilizava como propaganda o *slogan* “pioneirismo econômico” para descrever o perfil do agente econômico de seu interesse, que poderia se instalar na região. Os planejadores vinculavam ao termo à capacidade do empresário em absorver os recursos e empreender em projetos intensivos em tecnologias, que no tocante, pudessem contribuir para o desenvolvimento econômico e o progresso da região (BRASIL, 1967;1971;1976). O governo acreditava que o aumento da produtividade seria a única forma de sobrevivência do agrário na região amazônica.

De acordo com Marques (2013), apesar do planejamento, a intenção do governo na época seria superar o extrativismo, porém manter a economia de base primária por meio da implantação dos projetos agropecuários. Mello (2006) diz que na época o Estado passou a favorecer de forma mais incisiva os investimentos de empresas agropecuárias, agroindustriais e madeireiras na região. Para Costa (2000), as grandes propriedades de terras, principalmente aquelas com mais de mil hectares, foram as principais beneficiadas pelos créditos e incentivos fiscais do governo, também foram as que apresentaram melhor resultados na exploração da nova fronteira agropecuária.

No plano local e regional, as elites locais disputavam os incentivos governamentais e duas opções de desenvolvimento eram almejadas. A primeira representava grupos de interesse que defendiam a manutenção dos incentivos fiscais da borracha. Enquanto a segunda opção defendia a construção de uma economia diversificada que pudesse ser integralizada ao sistema econômico nacional (OLIVEIRA; TRINDADE; FERNANDES, 2014).

Para Martins (1984), os governos militares previam uma distribuição de terras com o intuito de favorecer as classes dominantes. A distribuição de terras seguiu os interesses econômicos e políticos das novas classes industriais e comerciais, originárias da economia emergente da região Sudeste.

A tentativa de desenvolvimento da região amazônica por meio do PDAs não conseguiu atingir os resultados esperados. Os empregos pretendidos não foram criados e a região foi ocupada por grupos econômicos de fora. A integração não aconteceu, mas agravou os problemas de extração e exploração, isso contribuiu para o agravamento das desigualdades regionais e inter-regionais (KOHLHEPP, 1981).

A formação da agropecuária e a expansão da soja na Amazônia

As dinâmicas históricas e socioeconômicas do agrário na Amazônia assumem formas complexas, que organizam uma lógica de exploração regional e se diferenciam de outras regiões. A figura do camponês (redes de pequenos produtores) na região tem sua expansão por um sistema de exploração dos recursos da floresta, de agricultura diversificada e de pequenas propriedades. A sua decisão microeconômica quanto ao determinismo econômico se dá pela ótica de preservação da família (COSTA, 2000; HURTIENNE, 2005). Já os grandes empreendimentos, empresas e fazendeiros seguem uma lógica de apropriação de terras, especulação, formação de latifúndios e a produção da monocultura em larga escala (FOWERAKER, 1982).

A pecuária e a agricultura na região foram influenciadas por processos internos e externos de acumulação. Foweraker (1982) denomina essa lógica de acumulação econômica nacional de “fronteira pioneira”. Segundo o autor, essa fronteira se expande conforme os interesses de acumulação do mercado nacional e internacional. Prado Júnior (1979) diz que o contexto dos “empreendimentos agromercantis” é considerado de negócios bem-sucedidos no Brasil. Esses empreendimentos combinam base territorial abundante, mão de obra barata e tecnologias de fora e atendem principalmente ou totalmente o mercado externo.

A evolução das áreas dos estabelecimentos agropecuários na região registrou acentuada aceleração a partir da década de 1970. De maneira geral, a área ocupada por estabelecimentos agropecuários aumentou de 34,6 milhões de hectares em 1970 para 58,3 milhões de hectares em 1995. Houve uma predominância dos estabelecimentos acima de 1.000 hectares na

ocupação das terras na Amazônia. Em 1970, esse tipo de propriedade já ocupava 46,4% de toda a área agrícola da região norte e cresceu para 51,9% da área agrícola em 1995. No total, 14,2 milhões de hectares foram acrescidos aos estabelecimentos acima de mil hectares no período entre 1970-1995. Acredita-se que não haja em qualquer outro lugar do planeta uma concentração de terras tão grande quanto na Amazônia (Tabela 1).

Tabela 1 - Taxa de crescimento dos estabelecimentos e área plantada na região Norte (1970 -1995).

Especificação	1970	1975	1985	1995	Taxas de crescimento (%)		
					1970 - 1975	1975 - 1985	1985 - 1995
Estabelecimentos (n.º)							
Menos de 10 ha	109.435	153.224	167.804	134.803	140,01	109,52	-19,67
10 a menos de 100 ha	122.690	150.185	264.705	217.097	122,41	176,25	-17,99
100 a menos de 1.000 ha	56.995	69.590	102.022	83.647	122,10	146,60	-18,01
1.000 ha e mais	4.386	5.700	8.412	8.023	129,96	147,58	-4,62
Área total hectares	34.635.524	48.052.824	62.566.676	58.358.881	138,74	130,20	-6,73
Menos de 10 ha	396.766	560.847	635.494	485.318	141,35	113,31	-23,63
10 a menos de 100 ha	4.198.439	5.129.585	10.084.534	8.700.578	122,18	196,60	-13,72
100 a menos de 1.000 ha	13.952.057	15.485.116	20.343.099	18.859.848	110,99	131,37	-7,29
1.000 ha e mais	16.088.262	26.877.276	31.503.549	30.313.137	167,06	117,21	-3,78

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, (1970); Censo Agropecuário IBGE, (1975); Censo agropecuário IBGE, (1985); Censo Agropecuário IBGE, (1995).

Em relação às pequenas propriedades, os estabelecimentos menores que 100 hectares tiveram sua área aumentada de 4,6 milhões de hectares para 9,2 milhões, um aumento de 4,6 milhões de hectares no período de 1970-1995. Os estabelecimentos entre 100 e 1.000 hectares tiveram sua área acrescida em 4,5 milhões de hectares. A área incorporada aos empreendimentos acima de 1.000 hectares foi 3,1 vezes maior do que o tamanho da área incorporada aos empreendimentos de até 100 hectares. Esse fato já demonstra uma tendência de crescimento de grandes empreendimentos agropecuários na região e aponta para a alta concentração de terras ocorrida em um intervalo de 25 anos.

No período 1970-1995, as grandes propriedades agropecuárias (acima de mil hectares) eram basicamente extensivas e usavam um número de tratores relativamente pequeno para o tamanho médio dos estabelecimentos. De acordo com dados do IBGE, havia um trator para cada 14 mil hectares na década de 1970. Em 1995, o número de tratores aumentou 16 vezes em relação a 1970, havendo um trator para cada 1.638 hectares de terra (Tabela 2).

Tabela 2 - Pessoal ocupado e número de tratores na agropecuária da região norte (1970-1995).

Ano	Pessoal ocupado (A)	N.º de tratores (B)	Área dos estabelecimentos acima de mil ha (C)	A/B	C/B
1970	934.024	1.127	16.088.262	829	14.275
1975	1.412.647	1.733	26.877.276	815	15.509
1985	2.478.054	12.052	31.503.549	206	2.614
1995	1.877.797	18.502	30.313.137	101	1.638

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, (1970); Censo Agropecuário IBGE, (1975); Censo agropecuário IBGE, (1985); Censo Agropecuário IBGE, (1995).

Em relação à mão-de-obra, o número de pessoas empregadas no setor agropecuário na Amazônia apresentou um aumento de 200% no período 1970-1995. Em 1970, para cada trator utilizado havia 829 trabalhadores. Já em 1995, para cada trator havia cerca de 101 trabalhadores. Esse aumento do número de tratores mostrava o início de um projeto para a mecanização da agropecuária na região.

Havia um excesso de terras e escassez de trabalhadores, o que contribuía para que a renda da terra fosse reduzida. Para reverter esse quadro, seriam necessários maiores investimentos em tecnologias, devido não haver mão de obra suficiente para a quantidade de terra disponível. Com isso, houve um aumento considerável no número de tratores, que saiu de 1.127 unidades em 1970 para 18.502 unidades em 1995.

Nessa direção, tornou-se possível a transição da terra de pastagem para a agricultura mecanizada. Culturas como a soja, geralmente por pressão de consumidores internacionais, preferem entrar na região em áreas de pastagem degradadas ao invés da derrubada direta da floresta (GIBBS et al., 2015). A soja seria a futura substituta da produção pecuária e passaria a disputar com o gado o espaço no território. Observa que o processo de expansão da pecuária e da soja, foi um processo de acumulação de ativos. Em que a terra manteve um ganho de capital para os seus proprietários ao longo do tempo.

Desta forma, a entrada da agropecuária empresarial na Amazônia representava uma inversão de trajetórias na região e a acumulação de diversos problemas socioambientais. A chegada desse modelo de agricultura no campo causou pressão sobre a agricultura tradicional e acelerou o êxodo rural-urbano. Estas mudanças geraram diversos problemas sociais, como o aumento das disputas pela terra, crescimento desenfreado e não planejado dos centros urbanos, desemprego e piora a qualidade de vida da população (COSTA, 2000; MELLO, 2006). Além disso, o estabelecimento de grandes propriedades aumentou o desmatamento na região, à medida que novas áreas passaram a ser requeridas para os cultivos (FEARNSIDE, 2006).

A expansão da soja na Amazônia

Em 1977, o município de Santana do Araguaia – MT foi o primeiro município da Amazônia Legal a produzir soja em grande escala e destinou 5.566 hectares para o cultivo da soja (BONATO; BONATO, 1987). A partir dos projetos de colonização do governo militar na década de 1960, a região norte mato-grossense passou a atrair migrantes, principalmente do sul do país, que traziam junto com eles as habilidades e conhecimento do cultivo da soja adquiridas no sul do país (ABREU, 2015).

Ademais, a produção de soja na região da Amazônia Legal, contou com o desenvolvimento de sementes de soja promovidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, adaptadas e apropriadas para as características naturais de cada estado com propriedades diferenciais para uso em cada tipo de solo.

A partir da década de 1970, o esforço de PD&I na cultura da soja ganha dimensão e sofisticação crescentes, envolvendo uma plêiade de atores, tanto públicos (como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, institutos estaduais de pesquisa e universidades), quanto privados (fundações e empresas). O primeiro desafio foi produzir cultivares de soja para as condições subtropicais e tropicais do Brasil (5° N a 33°S), para substituir as cultivares importadas dos Estados Unidos, que haviam sido criadas para outra que as condições de fotoperíodo estejam presentes (GAZZONI, 2018, p. 16-17).

O papel da Embrapa foi de suma importância para o desenvolvimento de cultivares e as novas variedades das espécies de soja na Amazônia. Na década de 1990, com o aumento da produção do estado do Mato Grosso, a instituição de pesquisa desenvolveu 56 cultivares próprios para a região centro-oeste e 6 tipos de cultivares apropriados para a região Norte. No estado do Pará, o primeiro tipo de cultivares (BRS Seridó RCH) surgiu em 1998 (CUNHA; ESPÍNDOLA, 2015).

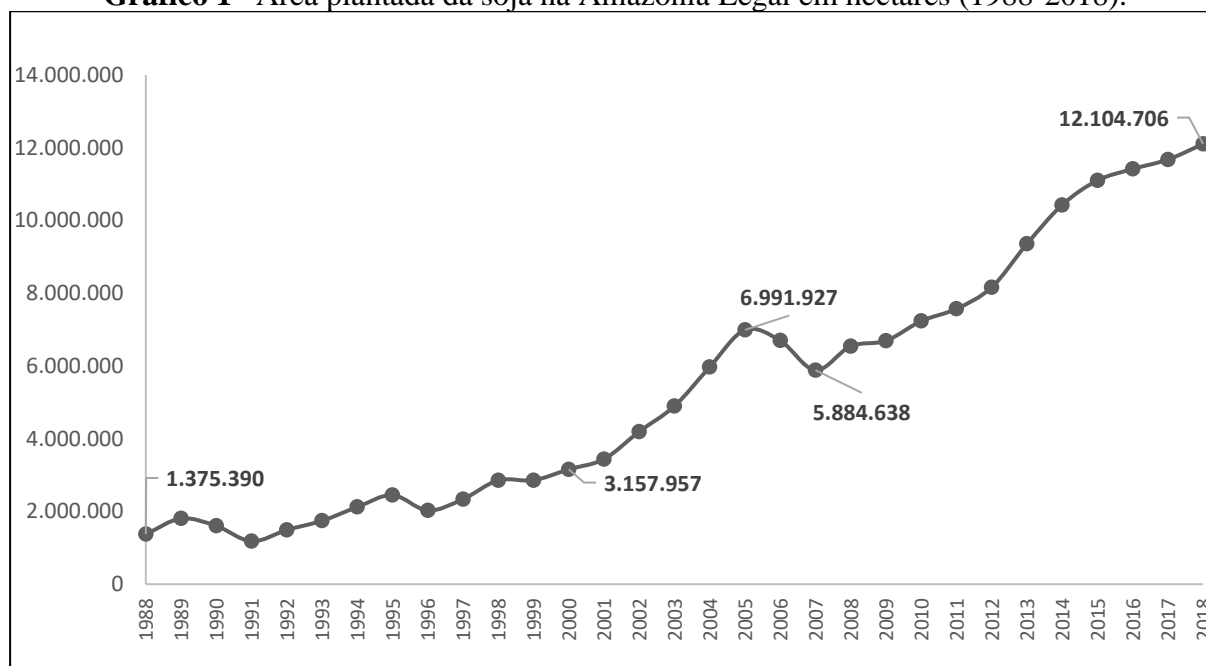
O sistema Embrapa de pesquisa para os cultivares da soja foi desenvolvido pelo governo com interesses em expandir essa cultura e torná-la comercialmente competitiva no mercado internacional. Segundo Gazzoni (2018), era necessário desenvolver sementes que não necessitasse tanto de nitrogênio, pois o maior uso de nitrogênio poderia encarecer a produção e torná-la inviável. Assim, a Embrapa foi capaz de produzir cultivares adaptadas ao clima de cada unidade da federação, mas que também que não elevasse as despesas de custeio da lavoura com o aumento dos custos dos fertilizantes e agrotóxicos.

No ano 2000, iniciaram as pesquisas da Embrapa que visavam a possibilidade de cultivar soja no município de Paragominas-PA. Na época, a economia do município girava em torno do setor madeireiro. Os pesquisadores do núcleo da Embrapa na região, apontavam que vários estudos com milho, arroz e soja em plantio convencional e direto, traziam bons resultados para o município (LIMA, 2001).

É possível deduzir que o Estado criou um “tecnonacionalismo”, conforme especificado por Freeman *et al.* (2008), onde diz que há a criação de um ambiente nacional para a evolução de determinados setores da economia nacional. O autor cita como exemplo o desenvolvimento dos setores de tecnologia armamentistas nos Estados Unidos. Já o Brasil, verificou-se que houve um “tecnonacionalismo” para a produção agrícola, com os incentivos financeiros, fiscais e tecnológicos para o desenvolvimento de uma agricultura considerada moderna e voltada à exportação de *commodities* agrícolas.

A produção de soja na Amazônia segue um crescimento contínuo e novas áreas são adicionadas a todo momento. A área plantada com soja cresceu a uma taxa média anual de 7,52% no período 1988-2018 e de 7,75 % ao ano no período 2000-2018. Em 1988, a área plantada com soja representava 1,37 milhões de hectares, esse número foi expandido para 3,16 milhões de hectares no ano 2000 e, atingiu 12,1 milhões de hectares em 2018.

Gráfico 1– Área plantada da soja na Amazônia Legal em hectares (1988-2018).

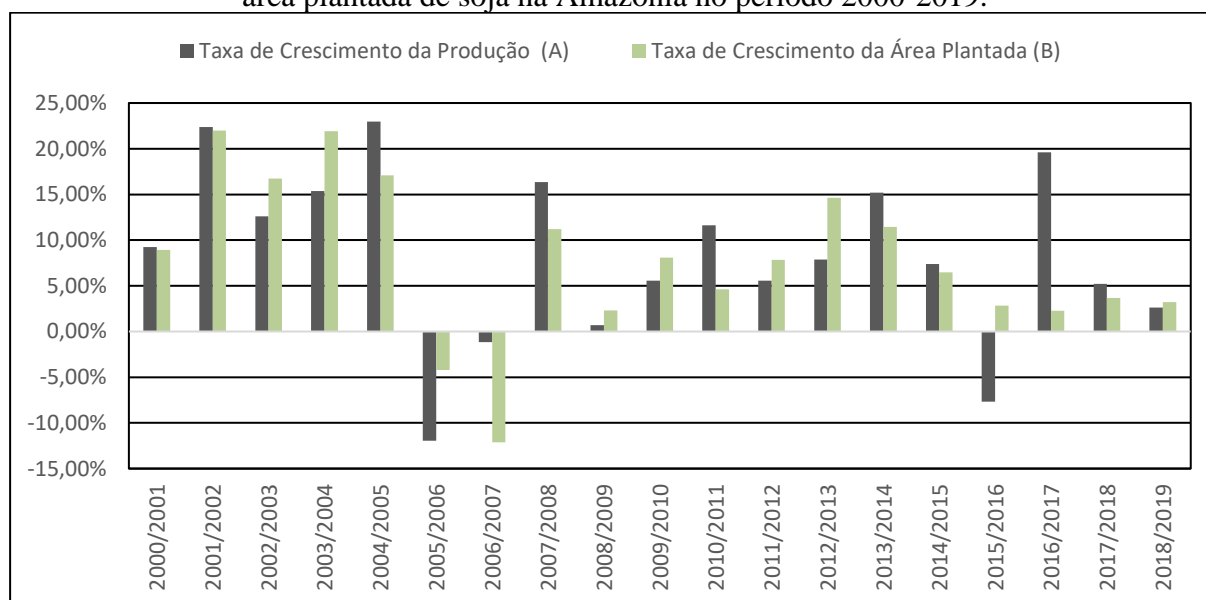


Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (IBGE), 2019.

Houve um acréscimo anual médio de 357,6 mil hectares na área de produção regional de soja. Diariamente, cerca de mil hectares de área são acrescentados a produção de soja, isto é, um latifúndio de soja é criado todos os dias na Amazônia Legal. O crescimento pode ser atribuído ao processo histórico de planejamento ocorrido na Amazônia e aos avanços tecnológicos, principalmente com as pesquisas de novos cultivares desenvolvida pela Embrapa ao longo do tempo.

Nessa direção, a taxa de crescimento anual da produção de soja na Amazônia superou a taxa de crescimento anual da área plantada em 10,64% no período 2000-2019. O crescimento da produção foi mais do que proporcional ao crescimento da área plantada. Entre 2003-2004, o crescimento da área plantada de soja foi de 21,91%, enquanto o crescimento da produção no mesmo período foi de apenas 15,38%. Entre 2005-2006, tanto a taxa de crescimento da produção, quanto a taxa de crescimento da área plantada foram negativos, (-11,95%) e (-4,21%) respectivamente. A maior diferença entre a taxa de crescimento da produção e a taxa de crescimento da área plantada de soja na Amazônia Legal, ocorreu entre 2016/2017, em que a produção cresceu 19,61% e a área plantada cresceu 2,28%.

Gráfico 2– Taxa de crescimento anual da produção de soja e taxa de crescimento anual da área plantada de soja na Amazônia no período 2000-2019.



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal – PAM (IBGE), 2019.

Observa-se que entre os estados que compõem a Amazônia Legal, a concentração de terras é evidente. A área total dos estabelecimentos maiores que 1000 hectares na Amazônia Legal, aumentou cerca de 12,3 milhões de hectares entre o censo 2006 e 2017. No estado do Mato Grosso e Pará, a área das grandes propriedades aumentou cerca de 6 milhões e 4,2 milhões

de hectares, respectivamente. Por outro lado, as áreas das pequenas cresceram em menor proporção do que a área das grandes propriedades.

O censo agropecuário de 2017, apontou que no estado do Mato Grosso, a área ocupada por propriedades rurais maiores de 1000 hectares, representam 80% do total da área agrícola do estado. Essa concentração também é elevada nos estados do Amapá 69%, Tocantins 55%, Pará 53%, Roraima 54%, Maranhão 44% e Rondônia 35%. O que demonstra que o processo de produção de soja tem ocorrido consistentemente com a o aumento da concentração de terras. Um processo histórico de concentração que inicia da década de 1960 e continua até os dias atuais.

Tabela 3 - Percentuais das áreas dos estabelecimentos agropecuários em razão do tamanho censos 1995-96; 2006 e 2016-17.

Censo	Unidade da Federação	Menos de 10 ha	10 a menos de 100 ha	100 a menos de 1000 ha	1000 ha e mais
1995/96	Rondônia	0,97	20,49	31,20	47,34
	Acre	0,45	20,71	39,20	39,64
	Amazonas	4,75	29,67	29,38	36,20
	Roraima	0,07	5,93	20,30	73,70
	Pará	0,93	18,28	29,91	50,87
	Amapá	0,43	6,22	33,69	59,66
	Tocantins	0,07	5,34	37,49	57,09
	Maranhão	3,10	19,14	41,41	36,35
	Mato Grosso	0,09	3,19	14,52	82,20
2006	Rondônia	0,95	25,55	38,95	34,55
	Acre	0,47	18,52	47,37	33,64
	Amazonas	1,34	23,04	32,73	42,89
	Roraima	0,08	22,47	31,36	46,10
	Pará	0,78	17,24	31,96	50,02
	Amapá	0,14	7,58	20,54	71,74
	Tocantins	0,24	8,90	33,46	57,40
	Maranhão	1,37	20,07	42,35	36,22
	Mato Grosso	0,12	5,30	16,64	77,93
2016/17	Rondônia	0,95	23,48	40,43	35,14
	Acre	0,82	18,29	46,89	34,00
	Amazonas	2,47	23,73	36,24	37,56
	Roraima	0,44	14,61	30,70	54,25
	Pará	0,97	16,68	29,54	52,80
	Amapá	0,41	10,53	19,95	69,11
	Tocantins	0,19	10,81	33,69	55,31
	Maranhão	1,47	18,88	36,11	43,53
	Mato Grosso	0,12	4,89	14,89	80,09

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 (IBGE), 1996; Censo Agropecuário 2006 (IBGE), 2006; Censo Agropecuário 2017 (IBGE), 2017.

Portanto, verifica-se que após 1960 houve uma mudança na composição das atividades produtivas da região amazônica. Com o crescimento populacional, novas áreas de florestas foram transformadas em pastagens e produção agrícola. Isso criou as condições mais propícias que atraíram grupos econômicos de diversas partes para a exploração econômica da região. A abundância de terras permitiu a criação e concentração de grandes empreendimentos, que

demandaram terras com objetivos produtivos e especulativos. A terra desmatada e cercada tornou-se um ativo mais propício para a venda.

A Produção de soja e o mercado de terras na Amazônia

A expansão da soja na Amazônia está relacionada com a criação de um mercado de terras. Essa expansão possibilitou o deslocamento de grandes quantidades de terras para a produção da sojicultura. A implementação de culturas agrícolas exportadoras na região, tornou a principal via de penetração para investimentos nacionais e estrangeiros, por meio das operações de compra e venda de terras.

Para Galaz et al. (2018), há uma possível relação entre o uso da terra na Amazônia e o mercado financeiro mundial. Considera que dinheiro das Ilhas Cayman, possam estar financiando compras de terras e implantando negócios relacionados a exploração comercial na região, principalmente, na exploração da soja. Pela complexidade das operações, torna-se muito difícil o mapeamento do processo. Porém, o autor identificou empréstimos internacionais provindos de paraísos fiscais, que financiou os setores da soja e pecuária na Amazônia. Um total de US\$ 26,9 bilhões foram utilizados para financiar nove empresas, desse total, cerca de US\$ 18,9 bilhões saíram de paraíso fiscal.

Os investimentos em terras no Brasil têm sido tratados na literatura como uma forma de defesa frente aos processos inflacionários da economia. De acordo com Rangel (2004), as terras no Brasil têm função de privilegiar a “burguesia agrícola” com a criação de grandes latifúndios improdutivos. Espaços onde os “velhos latifundiários”, sustentam no título da terra, uma expectativa de proteção contra as variantes comportamentais inflacionárias.

Historicamente, as políticas públicas do setor agrícola e as regulações determinadas pelo governo, também influenciaram nos preços da terra na Amazônia. Desde a década de 1960, incentivos fiscais, atraiu investidores paulistas para o mercado de terras da região (SILVA, 2009). A atração de capitais para o setor agrícola, foi acompanhada pela criação de infraestrutura para o escoamento da produção e a construção de rodovias (TORRES, 2017). Com esse modelo, a base agrícola de vários municípios foi reorganizada produtivamente para atender principalmente, o mercado global de *commodities* agrícolas.

A economia da soja, nos seus distintos estágios, desde a produção até a sua transformação em ração animal, é controlada por grandes multinacionais. Através da produção,

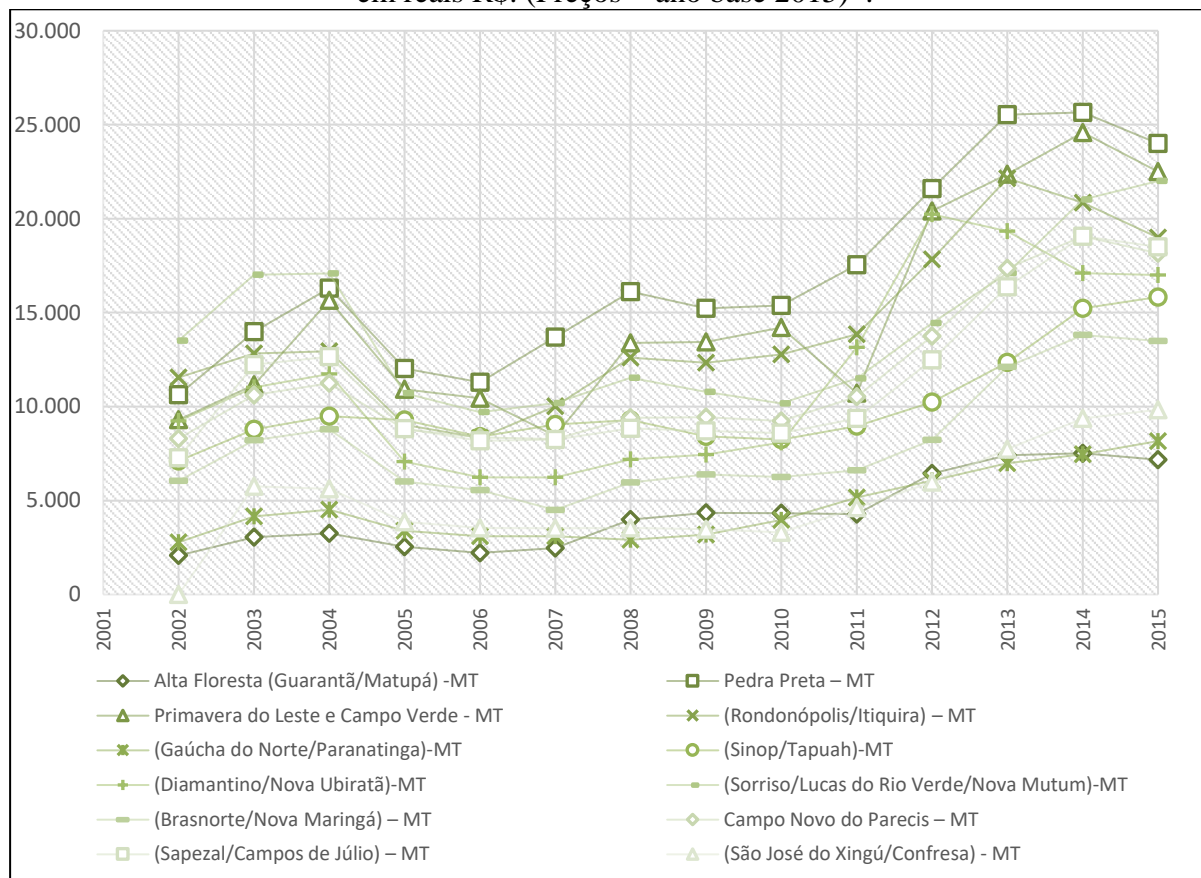
comércio e exportação, essas empresas influenciam na dinâmica do mercado de terras, ao sinalizarem o desejo pela compra de maiores quantidades de soja. Essa sinalização, eleva a especulação no mercado de terras e causa um aumento nos preços.

O crescimento nos preços das *commodities* agrícolas, ocasionou o fenômeno do *land grabbing*, ou seja, uma demanda por terras rurais em todo o mundo. O fenômeno do *Land Grabbing* é uma nova forma de aquisição de terras agrícolas que ganhou grande impulso em todo o mundo, a partir da crise econômica mundial de 2008. Geralmente, são agentes de fundos financeiros e empreendedores ligados a produção de *commodities* agrícola/agrocombustíveis (soja, óleo de palma, milho e arroz) que mobilizam governos e comunidades locais, principalmente em países periféricos e em desenvolvimento, para reorganização da base agrícola e a implantação de monoculturas com vistas à exportação para o mercado externo. Esse movimento, mobiliza diversos agentes, que incentivados pelo ganho de capital e a especulação, ampliam seus interesses por aquisição de terras (KNUTH, 2015; LAND MATRIX, 2016; McMICHAEL, 2016).

Esse processo leva a uma nova dinâmica nas regiões periféricas afastadas dos grandes centros industriais e financeiros. Nessas regiões, a busca por terras torna-se o primeiro objetivo dos investidores. O domínio sobre a terra é exercido de diversas formas, seja através do aparato institucional ou por conflitos agrários. Assim, o “*Land Grabbing*” ou “*Land Green*” é um movimento de grupos econômico, especuladores, fundos de investimentos, cadeias globais de valor e dos diversos agentes do mercado financeiro global na compra e venda de terras. A lógica é investir a longo prazo em propriedades agrícolas que possam valorizar e garantir o poder de compra do dinheiro

A maior oferta de terras para a produção agrícola deveria possibilitar uma redução no seu preço. Contudo, ao considerar o comportamento dos preços das terras aptas a produção de soja nos estados da Amazônia Legal, verificou que houve considerável aumento a partir de 2002. No estado do Mato Grosso, ao analisar a região composta pelos municípios de Alta Floresta, Primavera do Leste, Rondonópolis, Sinop e Sorriso, cujas áreas são os principais produtores de soja nacional, verificou que entre 2002-2015, ocorreu uma valorização real média de 6% ao ano, no preço da terra. Em Sorriso – MT e Nova Mutum - MT, o preço da terra agrícola apropriada para o cultivo da soja, atingiu o preço de R\$ 22 mil/hectare em 2015 (AGRIANUAL, 2016).

Gráfico 3 - Preço da terra apta a produção de soja no estado do Mato Grosso (2002 – 2015) em reais R\$. (Preços = ano base 2015)*.



Fonte: Agriannual, 2003 a 2016.

*Valores reais, corrigidos pelo Índice Geral de Preços (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas - FGV.

Verifica-se que após a crise econômica de 2008, ocorreu uma grande valorização nas terras aptas a produção de soja no estado do Mato Grosso. Entre 2009-2015, descontada a inflação, a valorização real média do preço da terra no estado, foi de 12,13% ao ano. O município de Sapezal – MT, fundado pela família proprietária do Grupo Amaggi, o preço da terra apta a produção de soja, aumentou em média 13,38% ao ano. Isso demonstra, que o aumento nos preços das terras, pode estar relacionado tanto aos custos de oportunidade de produção da soja, quanto aos efeitos das crises econômicas, momentos em que investidores procuram por investimentos em terras.

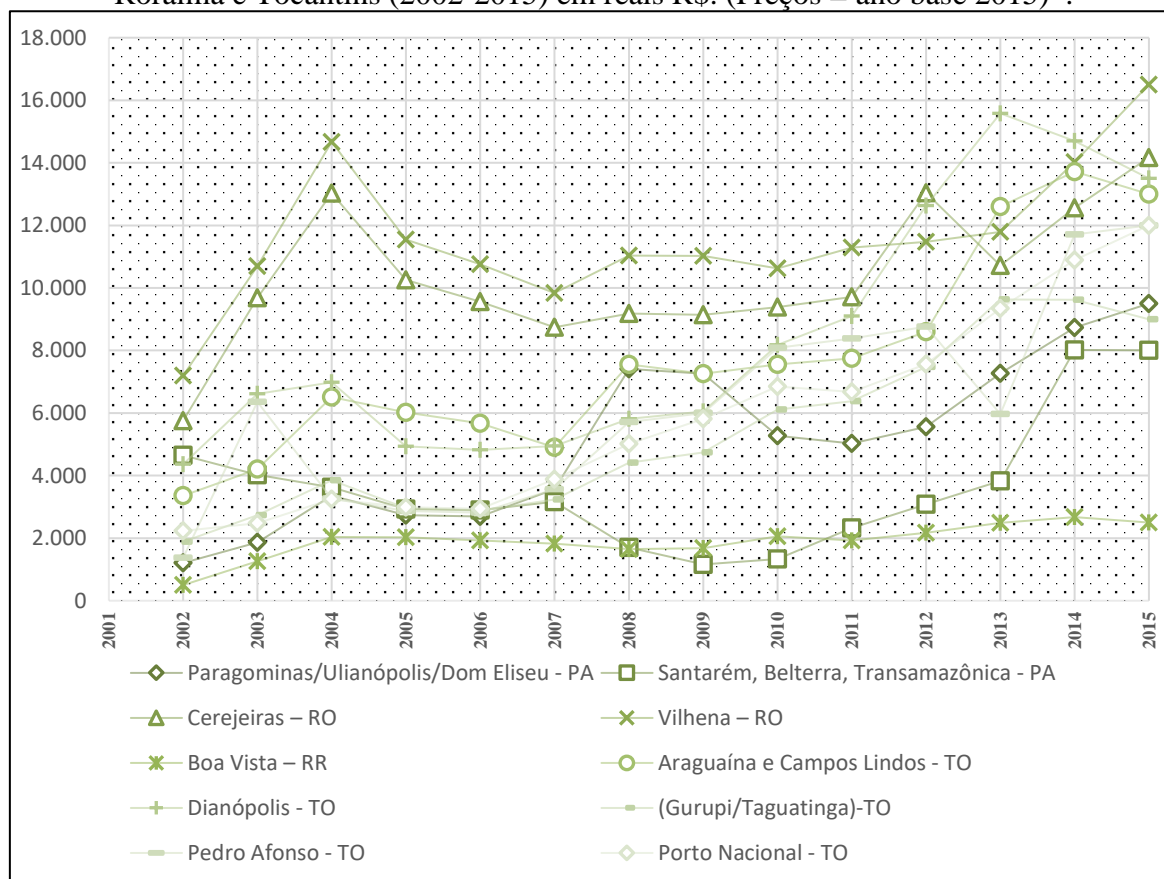
Segundo Fairbairn (2014), antes da crise da economia mundial em 2008, os investidores achavam os investimentos no mercado financeiro mais atrativo, com retornos maiores do que os investimentos no mercado de terras agrícolas. Após a crise, esses investidores passaram a enxergar as terras agrícolas com “outros olhos”. Grupos de investidores com alta concentração de capital líquido, que inclui fundos de pensão, fundações privadas, recursos de professores universitários, companhias de seguro e fundos soberanos, os quais Knuth (2015) chama de

“indústria financeira global”, passaram a preferir investimentos em propriedades rurais em detrimento aos outros investimentos.

Os outros estados que compõem a Amazônia Legal, também apresentaram aumento de preços nas suas terras aptas a produção de soja. No estado do Pará, no período entre 2002-2015, os municípios da região de Paragominas e Santarém, apresentaram uma taxa anual de crescimento médio real no preço da terra de 17,2% e 4,27%, respectivamente. No estado de Rondônia, os municípios da região de Cerejeiras e Vilhena, apresentaram no mesmo período, uma taxa anual de crescimento médio real no preço da terra de 7,18% e 6,59%.

No estado do Tocantins, os municípios da região de Araguaína, Dianópolis, Taguatinga, Pedro Afonso e Porto Nacional, apresentaram uma taxa anual de crescimento médio real no preço da terra de 11%, 9,1%, 12,8%, 18,3% e 13,81%, respectivamente. Por fim, a capital do estado de Roraima, o município de Boa Vista, apresentou uma taxa anual de crescimento médio real no preço da terra de 13,18% no período analisado.~

Gráfico 4 – Preço das terras aptas para a produção de soja nos estados do Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins (2002-2015) em reais R\$. (Preços = ano base 2015)*.



Fonte: Agriannual, 2003 a 2016.

*Valores reais, corrigidos pelo Índice Geral de Preços (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas - FGV.

Os dados sobre o preço das terras na Amazônia apresentaram um forte crescimento no período 2002-2015. Segundo Dalla-Nora et al. (2014), a criação de mercados agrícolas e a apropriação dos seus benefícios por empresas multinacionais, parece ser uma característica da globalização econômica. O interesse internacional pelos recursos naturais da região, tem contribuído para a implantação de projetos alheios a realidade regional e causado uma grande especulação no preço da terra na região.

Para Prado Jr. (1979), Martins (1995) e Fawcaker (1982), o aumento da fronteira agrária na Amazônia se deve a um processo histórico de busca pelo monopólio da terra. Sauer e Leite (2012), apontam que ocorreu um processo de globalização da terra no Brasil. Grandes corporações, interligadas por mecanismos financeiros e operadas por capitais que buscam o investimento e o controle das terras. Esse processo, ocorre em diversas regiões brasileiras, principalmente em terras que podem ser utilizadas para a produção de culturas exportadoras a exemplo da soja e os grãos em geral.

Segundo McMichel (2016), estima-se que em 2050, mais de 65% das terras produtivas estejam debilitadas, devido ao avanço da monocultura no planeta. A apropriação global de terras e a sua especulação tem como pretensão adiantar o valor futuro dos ecossistemas para rentistas e especuladores, presumindo que a degradação ambiental e mudanças climáticas poderão tornar a terra um ativo escasso.

As implicações dessa reorganização agrária e financeira poderá levar a diversos problemas. Dentre os quais pode-se destacar: o aumento do preço dos alimentos, impactos nos ecossistemas e principalmente, a fragilização produtiva e a redução da participação dos pequenos produtores na produção agrícola. A avaliação do mercado de terras é extremamente complexa devido as várias categorias sociais que compõe um determinado local e região. Além disso, a demanda por terras torna-se maior ou menor, a depender da região, em determinados locais a oferta de terras para venda é quase inexistente.

Considerações finais

Para compreender como a Amazônia tornou-se produtora de soja é necessário entender os moldes do planejamento governamental e o surgimento do capital agropecuário regional. Nesse sentido, buscou estudar os caminhos seguidos pelo processo de produção da soja. A economia da soja foi possível devido a um conjunto de fatores - incentivos fiscais e creditícios,

investimento público em pesquisas agrícolas, disponibilidade de terras - além de uma tendência histórica de exportação de produtos primários da economia regional.

A estrutura da soja na região amazônica iniciou no estado do Mato Grosso, por meio da migração, oriunda principalmente da região Sul. A partir da década de 1970, ocorreram as primeiras plantações de soja no estado. Em seguida, essa produção foi expandida para o norte-mato-grossense, por meio da colonização empresarial dos municípios. A partir daí, expandiu para os outros estados da Amazônia Legal.

Essa expansão foi possível devido as políticas de incentivos fiscais e creditícios, as quais possibilitaram as aglomerações dos capitais em volta da agropecuária. Nesse processo histórico, ocorreram diversas “bifurcações” até que sucedeu o aprisionamento do conhecimento ou “*locked-in*” da produção de soja. Ou seja, algumas possibilidades de desenvolvimento foram desde cedo selecionadas pelas políticas de desenvolvimento do estado. O planejamento estatal procurou resolver os problemas do atraso da Amazônia Legal, afastada do eixo industrial da substituição de importações da região Sudeste do país, através da integração nacional por meio da agropecuária. Portanto, do ponto de vista da teoria evolucionário ocorre um movimento por dentro do ambiente econômico. Esse movimento fez com que o mercado e a sociedade selecionassem as inovações entre várias opções disponíveis com base nos incentivos públicos.

O Estado contribuiu para criar um “tecnacionalismo da soja” por meio das pesquisas agrícolas desenvolvidas pela Embrapa e pelos incentivos. Os recursos produtivos da sociedade foram direcionados pelo Estado para reforçar um conjunto de técnicas que possibilitasse o desenvolvimento de um setor agrícola competitivo no mercado internacional. A maior presença do Estado incentivou os agentes produtivos no caminho da expansão da fronteira agrícola. A região amazônica passou a disponibilizar parte das suas terras para a monocultura.

Ademais, a soja movimentou uma grande quantidade de terras na região da Amazônia Legal e modificou a estrutura econômica de cerca de 40% dos municípios da região. O caminho da soja, segue a lógica Sul em direção ao Norte, incorpora as áreas planas localizadas na região. Por meio das pesquisas da Embrapa, detentora de tecnologias de sementes, a soja é adaptada a cada Estado e consegue acompanhar o rendimento de outras regiões do país. No caminho seguido pela soja, houve um aumento nos preços das terras aptas a produção de soja na região. A maioria dos municípios produtores de soja, apresentaram aumento no preço da terra acima da inflação. Com isso, a disputa pela terra tornou-se mais constante, o que pode explicar o avanço do desmatamento nos últimos tempos.

Referências

ABREU, Rafael Assumpção de. **A boa sociedade: história e interpretação sobre a colonização no norte de Mato Grosso durante a Ditadura Militar.** 2015. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

AGRIANUAL. **Anuário da agricultura brasileira.** 21. ed. São Paulo: FNP Consultoria & Agroinformativos, 2016.

_____. **Anuário da agricultura brasileira.** 20. ed. São Paulo: FNP Consultoria & Agroinformativos, 2015.

_____. **Anuário da agricultura brasileira.** 19. ed. São Paulo: FNP Consultoria & Agroinformativos, 2014.

_____. **Anuário da agricultura brasileira.** 18. ed. São Paulo: FNP Consultoria & Agroinformativos, 2013.

_____. **Anuário da agricultura brasileira.** 17. ed. São Paulo: FNP Consultoria & Agroinformativos, 2012.

_____. **Anuário da agricultura brasileira.** 16. ed. São Paulo: FNP Consultoria & Agroinformativos, 2011.

_____. **Anuário da agricultura brasileira.** 15. ed. São Paulo: FNP Consultoria & Agroinformativos, 2010.

_____. **Anuário da agricultura brasileira.** 14. ed. São Paulo: FNP Consultoria & Agroinformativos, 2009.

_____. **Anuário da agricultura brasileira.** 13. ed. São Paulo: FNP Consultoria & Agroinformativos, 2008.

_____. **Anuário da agricultura brasileira.** 12. ed. São Paulo: FNP Consultoria & Agroinformativos, 2007.

_____. **Anuário da agricultura brasileira.** 11. ed. São Paulo: FNP Consultoria & Agroinformativos, 2006.

_____. **Anuário da agricultura brasileira.** 10. ed. São Paulo: FNP Consultoria & Agroinformativos, 2005.

_____. **Anuário da agricultura brasileira.** 9. ed. São Paulo: FNP Consultoria & Agroinformativos, 2004.

_____. **Anuário da agricultura brasileira.** 8. ed. São Paulo: FNP Consultoria & Agroinformativos, 2003.

BONATO, E.R.; BONATO, A.L.V **A soja no Brasil: história e estatística.** Londrina: EMBRAPA- CNPSo, 1987.

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM. **Plano de desenvolvimento da Amazônia 94/97.** Belém - PA: SUDAM – Serviço de Documentação e Divulgação, 1994.

_____. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM. **Plano de desenvolvimento da Amazônia 92/95.** Belém - PA: SUDAM – Serviço de Documentação e Divulgação, 1992.

_____. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM. **I Plano de desenvolvimento da Amazônia Nova República.** Belém - PA: SUDAM – Serviço de Documentação e Divulgação, 1986.

_____. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM. **III plano de desenvolvimento da Amazônia 1980-1985.** Belém - PA: SUDAM – Serviço de Documentação e Divulgação, 1982.

_____. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM. **II Plano de desenvolvimento da Amazônia: detalhamento do II plano de desenvolvimento nacional (1975-1979).** Belém - PA: SUDAM – Serviço de Documentação e Divulgação, 1976.

_____. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM. **Subsídios ao plano regional de desenvolvimento.** Belém - PA: SUDAM – Serviço de Documentação e Divulgação, 1971.

_____. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM. **I plano quinquenal de desenvolvimento (1967-1971).** Belém - PA: SUDAM – Serviço de Documentação e Divulgação, 1967.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável.** Belém, NAEA, 2000.

CUNHA, Roberto César; ESPÍNDOLA, Carlos José. **A dinâmica geoeconômica recente da cadeia produtiva da soja no Brasil e no mundo.** *GEOTEXTOS*, v. 11, n. 1, p.217-238, 10 jul. 2015.

DALLA-NORA, Eloi Lennon et al. **Why have land use change models for the Amazon failed to capture the amount of deforestation over the last decade?** *Land Use Policy*, v. 39, p.403-411, jul. 2014.

FAIRBAIRN, Madeleine. **‘Like gold with yield’: evolving intersections between farmland and finance.** *The Journal Of Peasant Studies*, v. 41, n. 5, p.777-795, 14 jan. 2014. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/03066150.2013.873977>.

FEARNSIDE, P.M. **O cultivo da soja como ameaça para o meio ambiente na Amazônia brasileira.** In: L.C. Forline, R.S.S. Murrieta and I.C.G. Vieira (eds.) *Amazônia além dos 500 Anos.* Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, Pará, Brasil. p.281-324.

FOWERAKER, Joe. **A luta pela terra (a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais)**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. História econômica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion *et al.* (org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. Cap. 1. p. 1-693.

FREEMAN, Christopher; SOETE, Luc. **A economia da inovação industrial**. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2008.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

GALAZ, Victor *et al.* **Tax havens and global environmental degradation**. *Nature Ecology & Evolution*, v. 2, n. 9, p.1352-1357, 13 ago. 2018.

GAZZONI, Decio Luiz. **A soja no Brasil é movida por inovações tecnológicas**. *Ciência e Cultura*, v. 70, n. 3, p. 16-18, jul. 2018.

GIBBS, H. K.; RAUSCH, L.; MUNGER, J.; SCHELLY, I.; MORTON, D. C.; NOOJIPADY, P.; SOARES-FILHO, B.; BARRETO, P.; MICOL, L.; WALKER, N. F.. **Brazil's Soy Moratorium**. *Science*, v. 347, n. 6220, p. 377-378, 22 jan. 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Técnicas de pesquisa em economia**. São Paulo: Editora Atlas, 1995.

HURTIENNE, Thomas Peter. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia**. *Novos Cadernos NAEA*, v. 8, n. 1, dez. 2005.

IBGE. **Pesquisa agrícola municipal, 2019**. Disponível em: www.sidra.ibge.gov.br

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2017**. Brasília: IBGE, 2017.

_____. **Censo agropecuário 2006**. Brasília: IBGE, 2006.

_____. **Censo agropecuário 1995/1996**. Brasília: IBGE, 1996.

_____. **Censo agropecuário 1985**. Brasília: IBGE, 1985.

_____. **Censo agropecuário 1970**. Brasília: IBGE, 1970.

KOHLHEPP, Gerd. **Estratégias de desenvolvimento regional na Amazônia brasileira**. Finisterra, v.16, n.31, 63-94, 1981.

LAND MATRIX. **International land deals for agriculture: Fresh insights from the land Matrix**. CDE/CIRAD/ILC/GIGA/GIZ. University of Pretoria, 2016.

LEÓN, Ana Cevalyn *et al.* Planejamento regional no Brasil: a experiência da Sudam. **Revista Eletrônica de Geografia**, Uberlândia, v. 7, n. 18, p. 02-21, set. 2015. Disponível em:

<http://200.19.146.79/index.php/Observatorium/article/view/45828/24525>. Acesso em: 25 out. 2019.

LIMA, Andréa de. Plantio avança na fronteira da Amazônia: Produtores e Embrapa apostam na produção de grãos em Paragominas, enquanto ONG adverte para riscos ambientais. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 09 jan. 2001. p. 23-23. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/agrofolh/fa0901200102.htm>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

LOUREIRO, V.R. **Amazônia**: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 16, n. 45, p.127-121, 2002.

MCMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. Porto Alegre: Editora Unesp; Editora da UFRGS, 2016.

MAHAR, Dennis J. **Desenvolvimento econômico na Amazônia**: uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro: IPEA, 1978.

MARQUES, Gilberto Souza. **SPVEA: o estado na crise do desenvolvimento regional amazônico (1953-1966)**. *Revista Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 34, p. 163–198, 2013.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

MELO, Marcelo Miranda; MARINHO, Émerson Lemos; SILVA, Almir Bittencourt. **O impulso do crédito rural no produto do setor primário brasileiro**. *Revista Nexos Econômicos*, Salvador, v. 7, n. 1, p. 9, 22 maio 2013. Universidade Federal da Bahia.

OLIVEIRA, Wesley Pereira de; TRINDADE, José Raimundo; FERNANDES, Danilo Araújo. **O planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia e o ciclo ideológico do desenvolvimentismo no Brasil**. *Revista Estudos de Planejamento: Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 201-230, 01 jun. 2014. Semestral.

PARÁ. **Diretrizes de ação do governo: 1975/1979**. Belém: Secretária do Turismo/Indústria Comércio/ Crédito, 1975.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 41 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo – SP: Editora Braziliense, 1979.

RANGEL, Ignácio. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SANTOS, Roberto. **Formação econômica da Amazônia**. Rio de Janeiro: Vozes. 1980.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sergio Pereira. **Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil**. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 50, n. 3, p.503-524, set. 2012.

SILVA, Fábio Carlos da. **A Companhia de terras da Mata Geral e a privatização da floresta Amazônica no sul do Pará.** *Revista Papers do Naea*, Belém, v. 251, n. 1, p. 1-20, nov. 2009. Trimestral.

TORRES, Mauricio. **Dono é quem desmata:** conexões entre grilagem e desmatamento no sudeste paraense. São Paulo: Urucutu Branco e Instituto agrônômico da Amazônia, 2017.

Artigo recebido em 10-04-2022

Artigo aceito para publicação em 29-03-2024